

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 51** Na intervenção do assistente social, predominam as atribuições de natureza técnico-operativas, em detrimento das competências ético-políticas.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Na intervenção do assistente social, as dimensões em que se articulam o trabalho do assistente social não são hierarquizadas. Nesse sentido, as capacidades ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas não são hierarquizadas entre si, mas complementares, uma não deve existir na realidade sem a intercorrência das demais.
- 52** A orientação social acerca dos direitos e políticas sociais é função precípua do assistente social, o que faz da linguagem seu principal instrumento no cotidiano de intervenção profissional.
JUSTIFICATIVA - CERTO. A função precípua do assistente social gira em torno da orientação social acerca dos direitos e políticas sociais. Nesse sentido, a linguagem é a principal ferramenta do assistente social na intervenção junto à classe trabalhadora. Por esse motivo, deve-se buscar, no atendimento à população usuária dos serviços sociais, efetivar uma comunicação simples, clara e objetiva, considerando os aspectos culturais na situação em tela.
- 53** No Brasil, o serviço social é de natureza exógena, tendo sido profissionalizado a partir da institucionalização gradual da ação social católica.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O serviço social no Brasil tem natureza exógena, e se institucionalizou a partir das necessidades do processo de acumulação capitalista, por meio do qual a função social de controle dos hábitos e modo de vida dos trabalhadores, bem como o exercício do controle sobre a questão social, se tornou necessária.

A respeito da ética profissional no âmbito do serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 54** A práxis é uma atividade cotidiana, objetivada na singularidade, nas ações costumeiras de cada indivíduo. Logo, a intervenção do assistente social em uma dada situação singular, é uma práxis.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A práxis é ação social coletiva, generalizada em sentido e saberes, onde o ser singular se objetiva em sua essência, por meio de mediações que não podem ser percebidas pela aparência do cotidiano imediato, elevando o indivíduo singular ao humano genérico, universal.
- 55** A ética é uma capacidade humana posta pelas relações do ser social, envolvendo a capacidade de agir conscientemente, de escolher valores, projetar finalidades e concretizá-las na vida social, perpassando o fazer profissional do assistente social.
JUSTIFICATIVA - CERTO. A ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre.
- 56** Na sociedade contemporânea, a moral cumpre uma função ideológica, ao contribuir para que haja uma integração social que viabilize as necessidades privadas.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Na sociedade de classes, a moral cumpre uma função ideológica precisa: contribui para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias e estranhas às capacidades emancipadoras do homem.

A respeito de dimensão investigativa, processos de planejamento e intervenção profissional no âmbito do serviço social, julgue os itens subsecutivos.

- 57** A neutralidade científica é ilusória na medida em que o cientista escolhe a definição de seu objeto de investigação, o método para a sua investigação e as hipóteses em que se

apoia e espera os resultados.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Essa imagem da neutralidade científica é ilusória. Quando o cientista escolhe certa definição de seu objeto, decide usar um determinado método e espera obter certos resultados, sua atividade não é neutra nem imparcial, mas feitas por escolhas precisas.

- 58** A pesquisa documental utiliza documentos de fonte secundária, que ainda não receberam tratamento analítico prévio. Os dados secundários são identificados exclusivamente em arquivos de instituições públicas.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A pesquisa documental procura por documentos de fonte primária por meio de dados primários provenientes dos órgãos que as realizaram. Estes dados primários podem ser encontrados em arquivos de instituições públicas ou privadas. Estes documentos normalmente não receberam tratamento prévio analítico, encontram-se muitas vezes nos seus locais de origem. É uma pesquisa efetuada essencialmente em centros de pesquisa, instituições, museus, acervos particulares e centros de documentação e registro. Dados secundários são aqueles que já sofreram manipulação analítica prévia.
- 59** A formulação do projeto de intervenção profissional deve articular as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.
JUSTIFICATIVA - CERTO. A formulação do projeto de intervenção profissional deve ser construída considerando-se as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Tais dimensões não são hierarquizadas entre si, tampouco há relações de subordinação. São dimensões que se interpenetram mutuamente.
- 60** O planejamento em serviço social deve ser tratado em sua operacionalidade, na dimensão instrumental. No uso de instrumentos técnicos, deve-se observar a neutralidade metodológica.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com o projeto ético-político do serviço social, fundado no materialismo dialético, não há neutralidade nas escolhas científicas, todas são permeadas por projetos éticos, políticos e societários.
- 61** Para exercer a função de supervisor de estagiários em serviço social, o profissional deve ter, necessariamente, especialização em supervisão de estágio em serviço social.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e ainda o código de ética do assistente social, todo assistente social em dia com suas obrigações em seu Conselho Regional, e respeitando o limite posto por sua carga horária de trabalho, pode supervisionar estagiários em serviço social.
ABEPSS. Política Nacional de Estágio (PNE). Disponível em: Acesso em: 25 fev. 2014.
BRASIL. Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. 2008. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2013.
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n.º 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2014.
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Lei n.º 8662, de 07 de junho de 1993, que dispõe a profissão de Assistente Social. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2014.

Acerca da dimensão técnico-operativa do serviço social, julgue os seguintes itens.

- 62** A instrumentalidade do serviço social circunscreve-se ao conjunto de instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social no âmbito da dimensão técnico-operativa.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Instrumentalidade do serviço social relaciona o conjunto de instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social, considerando-se a intencionalidade ético-política e teórico-metodológica do profissional. A instrumentalidade no

- serviço social não se restringe à dimensão técnico-operativa, ao contrário, se relaciona com as três dimensões do serviço social.
- 63** A intencionalidade do profissional do serviço social perpassa pela escolha dos instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano de intervenção profissional.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Instrumentalidade do serviço social relaciona o conjunto de instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social, considerando-se a intencionalidade ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do profissional. A escolha dos instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social, pressupõe escolhas teóricas, metodológicas e políticas.
- 64** O referencial teórico não incide sobre o uso instrumental de técnicas e protocolos profissionais.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A instrumentalidade do serviço social relaciona o conjunto de instrumentos e técnicas utilizados pelo assistente social, considerando-se a intencionalidade ético-política e teórico-metodológica do profissional. Nesse sentido, o referencial teórico incide diretamente sobre o uso instrumental de técnicas e protocolos profissionais.
- 65** Faculta-se ao assistente social a utilização de instrumentos herdados da tradição profissional.
JUSTIFICATIVA - CERTO. O assistente social utiliza instrumentos já secularizados na tradição profissional. Entretanto, o direcionamento dado no uso dos instrumentos, é de responsabilidade de cada profissional.
-
- Acerca de estudo social, perícia social, relatório social, laudo social e parecer social, julgue os itens seguintes.
- 66** A elaboração do parecer social prescinde do estudo socioeconômico.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A elaboração do parecer social deve ter por base a elaboração do estudo socioeconômico.
- 67** O estudo socioeconômico deverá ser encaminhado aos setores solicitantes.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A elaboração do parecer social deve ter por base a elaboração do estudo socioeconômico. O estudo socioeconômico, por sua vez, não deverá ser encaminhado aos setores solicitantes, ficando o prontuário social, restrito o acesso aos assistentes sociais do núcleo em questão.
- 68** O assistente social deve gozar de autonomia frente ao órgão requisitante, no que diz respeito às escolhas dos instrumentais e técnicas que irá utilizar.
JUSTIFICATIVA - CERTO. O assistente social deve gozar de autonomia frente ao órgão requisitor, quanto às escolhas dos instrumentais e técnicas que irá utilizar.
- 69** O laudo social é requisitado como documento de prova, que servirá de subsídio técnico às decisões tomadas pelos solicitantes.
JUSTIFICATIVA - CERTO. O laudo social é requisitado enquanto documento de “prova”, que serve de subsídio técnico às decisões tomadas pelos solicitantes, com a finalidade de dar suporte técnico, a partir de uma determinada área do conhecimento.
- 70** A perícia social constitui peça fundamental na elaboração do estudo social, devendo ser encaminhada aos requisitantes em forma de laudo e(ou) parecer social.
JUSTIFICATIVA - CERTO. A perícia social constitui a elaboração do estudo social. No entanto, deve ser encaminhada aos requisitantes em forma de laudo e/ou parecer social.
- 71** O relatório social formaliza uma apresentação descritiva e interpretativa de determinada questão social, e tem por objetivo a finalidade de informar, subsidiar e documentar.
JUSTIFICATIVA - CERTO. O relatório social traduz uma apresentação descritiva e interpretativa de uma dada expressão da questão social, e tem por objetivo a finalidade de informar, subsidiar e documentar.
-
- 72** O serviço social institucionalizado no Brasil, em sua trajetória conservadora, possuía três grandes métodos de intervenção profissional: individual, comunidades terapêuticas e comunidade familiar.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O serviço social institucionalizado no Brasil, em sua trajetória conservadora, possuía três grandes métodos de intervenção profissional: caso, grupo e comunidade.
- 73** A produção intelectual acerca de trabalho com grupos se concentra majoritariamente nas disciplinas da psicossociologia e da psicologia social.
JUSTIFICATIVA - CERTO. A produção intelectual acerca da temática de trabalho com grupos se concentra majoritariamente nas disciplinas da psicossociologia e da psicologia social.
- 74** No serviço social, em relação às técnicas de trabalho com grupos, na década de 60 do século passado, havia, em geral, o equívoco da orientação individual em grupo.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Em relação às técnicas de trabalho com grupos, na década de 1960, havia em geral, o equívoco da orientação individual em grupo.
-
- Com base nas legislações que regem as políticas de saúde, de assistência social e previdência social, julgue os itens a seguir, considerando que as siglas PNAS, SUAS e LOAS referem-se, respectivamente, à Política Nacional de Assistência Social, ao Sistema Único de Assistência Social e à Lei Orgânica de Assistência Social.
- 75** Os centros de referência especializados de assistência social (CREAS) devem imputar máxima prioridade ao atendimento de crianças entre zero a seis anos de idade com suspeita de terem sofrido violência física.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), os centros de referência especializados de assistência social (CREAS) deverão conferir máxima prioridade ao atendimento de crianças na faixa etária da primeira infância (isto é, entre zero a seis anos de idade) com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza.
- 76** Brasileiro civil que reside e trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empregado, desde que não seja segurado na legislação do país de domicílio.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme alínea ‘e’, inciso I, do art. 12 da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei n.º 8.212/1991), é segurado obrigatório da previdência social, como empregado, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
- 77** Há princípios e diretrizes comuns à PNAS e à LOAS, porém a PNAS acrescenta como diretriz a centralidade na família.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Tanto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n.º 8.742/1993), quanto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2005), são citados os mesmos princípios. Quanto às diretrizes, a PNAS difere da LOAS por acrescentar a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- 78** São objetivos específicos da Política Nacional de Promoção da Saúde incentivar a pesquisa em promoção da saúde, avaliando-se eficiência, eficácia, efetividade e segurança das ações prestadas, e fortalecer a participação social como fundamental na consecução de resultados de promoção da saúde.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Fortalecer a participação social como fundamental na consecução de resultados de promoção da saúde, em especial a equidade e o empoderamento individual e comunitário, e incentivar a pesquisa em promoção da saúde, avaliando-se eficiência, eficácia, efetividade e segurança das ações prestadas, constituem duas das seis diretrizes da Política

A respeito de intervenção profissional, seus instrumentos e técnicas, julgue os itens que se seguem.

Nacional de Promoção da Saúde, do Ministério da Saúde (2010), e não seus objetivos.

- 79** Conforme a PNAS, os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com a PNAS (2005), os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Acerca de políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente, julgue os itens subsecutivos.

- 80** O Estatuto da Criança e do Adolescente compreende o conceito de família extensa ou ampliada com base nos laços parentais, consanguíneos e nas relações de afinidade e afetividade.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com o parágrafo único do art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

- 81** Em atendimento a gestante adulta, o assistente social deve informar-lhe que o acompanhamento pré-natal será realizado por profissionais da atenção secundária.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com o § 1.º do art. 8.º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.º 8.069/1990), o atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.

- 82** O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a advertência e a obrigação de reparar o dano como medidas protetivas aplicáveis à criança que tenha cometido atos infracionais.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme o art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069/1990), a advertência e a obrigação de reparar o dano são exemplos de medidas socioeducativas estipuladas para atos infracionais praticados por adolescentes.

- 83** De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente as atividades de produção e tráfico de entorpecentes praticadas por crianças e adolescentes integram a lista das piores formas de trabalho infantil.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o Decreto n.º 3.597/2000, que promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, a utilização, o recrutamento e a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, e a utilização, o recrutamento e a oferta de adolescentes para outras atividades ilícitas, particularmente, para produção e tráfico de drogas, integram as piores formas de trabalho infantil.

- 84** Crianças e adolescentes que transformem a rua em seu espaço de referência para moradia, mantendo ou não vínculo familiar, podem ser classificados como em situação de rua.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA) define crianças e adolescentes em situação de rua como aqueles que fazem ou estão em vias de fazer da rua um espaço de referência, seja para subsistência, trabalho ou moradia, mantendo ou não vínculo familiar.

- 85** É atribuição do conselheiro tutelar encaminhar a criança ou o adolescente para programa de acolhimento familiar ou para família substituta, como forma de aplicação de medida de proteção.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não correspondem às atribuições do conselheiro tutelar a inclusão de criança e adolescente em

programa de acolhimento familiar nem sua colocação em família substituta, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990).

Acerca da história da seguridade social, da política social e das políticas setoriais, considerando suas respectivas legislações, julgue os itens subsecutivos.

- 86** Os direitos da seguridade social, seja no modelo bismarckiano, seja no modelo beveridgiano, têm como parâmetro histórico central os direitos do trabalho.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Os direitos da seguridade social, sejam aqueles baseados no modelo alemão bismarckiano, sejam aqueles influenciados pelo modelo beveridgiano inglês, têm como parâmetro os direitos do trabalho, visto que, desde sua origem, esses assumem a função de garantir benefícios advindos do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, sua capacidade laborativa. Historicamente, o acesso ao trabalho sempre foi condição para garantir o acesso à seguridade social.

- 87** A seguridade social incorporada à Constituição Federal de 1988 caracteriza-se como um sistema híbrido que conjuga direitos dependentes do trabalho, direitos de caráter universal e direitos seletivos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social foi caracterizada como um sistema híbrido que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho, relativos à previdência, com direitos de caráter universal, relativos à saúde, e direitos seletivos, relativos à assistência.

- 88** De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas corresponde ao conceito de recursos ambientais.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A assertiva corresponde ao conceito de meio ambiente, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981). Ainda de acordo com essa Política, entende-se por recursos ambientais a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

- 89** A racionalização do uso do solo, a proteção dos ecossistemas e a educação ambiental a todos os níveis de ensino são princípios a serem atendidos pela Política Nacional do Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o art. 2.º da Lei n.º 6.938/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, o objetivo de tal Política consiste na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos determinados princípios, entre eles: a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; e a educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

De acordo com políticas e programas sociais dirigidos aos segmentos sociais no Brasil, julgue os itens a seguir, considerando que as siglas SUAS e PNCFC correspondem, respectivamente, ao Sistema Único de Assistência Social e ao Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

- 90** Constitui objetivo da Política Nacional para a População em Situação de Rua a implementação de centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do SUAS.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De acordo com o inciso XII do art. 7.º do Decreto n.º 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, um dos objetivos dessa Política é implementar centros de referência especializados para atendimento

da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social.

- 91 Divulgar a condição do portador de HIV, com intuito de ofender a dignidade dessa pessoa, assim como retardar o atendimento de saúde desse paciente são condutas passíveis de advertência, embora não constituam crimes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A Lei n.º 12.984/2014 estabelece como crime punível com reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, a prática de condutas como divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de AIDS, com intuito de ofender-lhe a dignidade, e recusar ou retardar o atendimento de saúde desse paciente.

- 92 De acordo com o Plano de Ação de Enfrentamento a Violência contra a Pessoa Idosa, a autonegligência é uma das formas de violência praticadas contra a população idosa.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A autonegligência é considerada pelo Plano de Ação de Enfrentamento a Violência Contra a Pessoa Idosa no Brasil como uma das formas mais frequentes de violência praticada contra a população idosa.

- 93 Por previsão do Ministério da Saúde, as práticas de saúde tradicionais dos povos indígenas, que envolvem o conhecimento e o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças, não devem se articular com as demais ações de saúde dos distritos sanitários especiais indígenas.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, da Fundação Nacional de Saúde, as práticas de saúde tradicionais dos povos indígenas, que envolvem o conhecimento e o uso de plantas medicinais e demais produtos da farmacopeia tradicional no tratamento de doenças e outros agravos a saúde, devem ser valorizadas, incentivadas e articuladas com as demais ações de saúde dos distritos sanitários especiais indígenas.

- 94 O diagnóstico da situação de famílias com crianças e adolescentes em situação de rua e a criação de marcos normativos e regulatórios por ente federativo são exemplos de indicadores de eficácia da implementação, do monitoramento e da avaliação do PNCFC.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os indicadores de eficácia da implementação, do monitoramento e da avaliação do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária são: diagnóstico da situação de famílias com crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional, em situação de rua e em medida socioeducativa; diagnóstico da situação de crianças e adolescentes em situação de adoção nacional e internacional; diagnóstico de situação de operação de políticas públicas de proteção às crianças, aos adolescentes e a suas famílias; e orçamento público.

- 95 Conforme o PNCFC, denomina-se Programa de Apadrinhamento o serviço de acolhimento, na residência de famílias receptoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem por meio de medida protetiva até que seja possível sua reintegração familiar ou seu encaminhamento para família substituta.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o atendimento a que se refere o item denomina-se Programa de Famílias Acolhedoras, e não Programa de Apadrinhamento, o qual, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. O Programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva. Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar.

A respeito da questão social, bem como de suas expressões e suas formas de enfrentamento, julgue os itens seguintes.

- 96 A partir de uma concepção positivista, pode-se classificar a questão social como problema social, fato social ou fenômeno social.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Em uma perspectiva reducionista e positivista, em geral, a questão social aparece como problema social, fato social ou fenômeno social, desvinculada da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais.

- 97 Estabelecer relação entre direitos e questão social implica entender a vida e os indivíduos em suas relações concretas, notando-se que a essência do ser humano se encontra no conjunto das relações sociais historicamente determinadas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Estabelecer as relações entre questão social e direitos implica o reconhecimento do indivíduo social com sua capacidade de resistência e conformismo frente às situações de opressão e de exploração vivenciadas; com suas buscas e iniciativas (individuais e(ou) coletivas) para enfrentar adversidades; com seus sonhos e frustrações diante das expectativas de empreender dias melhores. Trata-se, portanto, de pensar a vida e os indivíduos em suas relações concretas e densas de historicidade.

Adriano é assistente social em uma instituição filantrópica e privada que presta serviços de saúde em determinada cidade. Nessa instituição, ele trabalha em intervenções interdisciplinares com profissionais das áreas de psicologia, medicina e fisioterapia, além de ser supervisor de estágio em serviço social e coordenador do núcleo de educação permanente nessa área.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, tendo como referência as disposições da Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990), da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993) e do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

- 98 No exercício de sua profissão nessa instituição, Adriano tem competência de selecionar, supervisionar e avaliar estagiários de serviço social.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme art. 5.º, inciso VI, da Lei n.º 8.662/1993, a supervisão e a avaliação de estagiários de serviço social consistem em atribuição privativa do assistente social, e não em competência dele. Além disso, a Lei não estabelece a seleção desses estagiários como uma atribuição do assistente social.

- 99 A existência de um núcleo de educação permanente em serviço social na referida instituição atende as disposições do Código de Ética Profissional do Assistente Social, na medida em que garanta aprimoramento profissional contínuo aos profissionais de serviço social dessa instituição.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o art. 2.º-f do título II (Dos direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social) da Resolução CFESS n.º 273/1993 (Código de Ética Profissional do Assistente Social), constitui direito do assistente social o aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios desse código.

- 100 A referida instituição pode participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter suplementar, desde que seja firmado com a direção local do SUS, um convênio ou contrato de direito público.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme art. 4.º, § 2.º, e art. 24 da Lei n.º 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), a iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar, apenas quando o poder público não conseguir prestar diretamente determinado tipo de assistência à saúde para a população, devido à inexistência ou à insuficiência desse serviço no SUS. Nesses casos, a direção do SUS poderá firmar contrato de direito público ou convênio com instituições privadas, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

- 101 É permitido a Adriano publicar, na condição de autor, trabalhos ou artigos científicos elaborados, sob a sua orientação, por estagiário de serviço social pertencente ao

quadro de pessoal da referida instituição.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme art. 4.º-j do título II (Dos direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social) da Resolução CFESS n.º 273/1993 (Código de Ética Profissional do Assistente Social), é vedado ao assistente social assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

- 102** Caso Adriano deixe o cargo de coordenador do núcleo de educação permanente em serviço social, o dirigente ou administrador da instituição poderá assumir temporariamente a atribuição de coordenar esse núcleo, independentemente de sua formação acadêmica.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme art. 5.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.662/1993, constitui atribuição privativa do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos e centros de estudo e de pesquisa em serviço social.

Antônio, de sessenta e três anos de idade, empregado celetista na cargo de auxiliar de serviços gerais havia dez anos em uma empresa de limpeza urbana, compareceu ao serviço de emergência de um hospital público, queixando-se de fortes dores de cabeça. Após primeiro atendimento médico, ele foi encaminhado para internação, sem previsão de alta, para investigação da causa das dores. Antônio é casado com Maria, de quarenta e cinco anos de idade, com a qual tem dois filhos menores de idade. Maria está desempregada e nunca contribuiu para a previdência social. Apreensiva pela possibilidade de Antônio não poder retornar ao trabalho, Maria buscou orientação no serviço social do hospital a respeito dos direitos de Antônio e dos meios de exercê-los.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos, tendo como referência a Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei n.º 8.212/1991), os planos de benefícios da previdência social (Lei n.º 8.213/1991) e o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003).

- 103** Por ser empregado celetista, Antônio é necessariamente segurado da previdência social e, por isso, sua esposa é considerada beneficiária.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Quanto a Antônio, aplica-se a alínea a) do inciso I do art. 11 da Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, segundo a qual são segurados obrigatórios da previdência social as pessoas físicas que, como empregado, prestem serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração. Com relação à Maria, aplica-se o inciso I do art. 16 dessa mesma Lei, conforme a qual o cônjuge é beneficiário do Regime Geral de Previdência Social na condição de dependente do segurado.

- 104** Para fins previdenciários, a dependência econômica de Maria e de seus filhos com Antônio deve ser comprovada.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme § 4.º do art. 16 da Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, é presumida a dependência econômica dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social na condição de dependentes do segurado.

- 105** Cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento de Antônio autorizar a permanência de acompanhante junto ao paciente enquanto ele estiver internado, ou, no caso de impossibilidade do acompanhamento, justificá-la por escrito.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o parágrafo único do art. 16 do Estatuto do Idoso, é assegurado ao idoso internado ou em observação o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico, cabendo ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso dessa impossibilidade, justificá-la por escrito.

À luz das disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os próximos itens.

- 106** Para os efeitos da Lei Maria da Penha, violência física contra a mulher é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o inciso I do art. 7.º da Lei Maria da Penha, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

- 107** O juiz deve assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses, à mulher que, por estar em situação de violência doméstica, necessite se afastar de seu local de trabalho.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme inciso II do § 2.º do art. 9.º da Lei Maria da Penha, o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

- 108** Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do boletim de ocorrência, a autoridade policial deverá encaminhar, imediatamente, a ofendida ao competente órgão de assistência judiciária.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Caberá ao juiz, e não à autoridade policial, conforme inciso II do art. 18 da Lei Maria da Penha, determinar o encaminhamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, depois de recebido o expediente com o pedido da ofendida, no prazo de quarenta e oito horas, e não imediatamente.

Sandra, de dezesseis anos de idade, foi admitida em um centro socioeducativo de internação feminino. No acolhimento, o assistente social que a atendeu identificou os principais elementos da história de vida da adolescente: seus pais morreram quando ela ainda era bebê, por isso foi criada por sua avó paterna, Janete, atualmente com setenta anos de idade, com quem ainda reside. A avó é tutora de Sandra e de outros três netos menores de idade, que são as únicas pessoas que moram com ela. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente de pensão especial indenizatória a que Janete tem direito. Sandra está grávida de doze semanas e seu namorado, Pedro, de vinte e oito anos de idade, usuário de drogas e genitor do nascituro, cumpre pena em regime fechado por tráfico de drogas.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 109** A renda *per capita* da família de Janete é inferior a um quarto do salário mínimo, assim, com respaldo na Lei Orgânica da Assistência Social, Janete faz jus ao benefício de prestação continuada.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No caso de Janete, idosa de mais de sessenta e cinco anos de idade, é possível o acúmulo do benefício de pensão especial de natureza indenizatória com o benefício de prestação continuada, conforme previsto no § 4.º do art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/1993). De acordo com o art. 20 dessa Lei, o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos de idade ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Conforme § 3.º desse mesmo artigo, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo.

- 110** Conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a medida socioeducativa a ser cumprida por Sandra não visa à sua responsabilização pelo ato infracional cometido, mas à sua conscientização, com o objetivo de evitar a reincidência.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Como previsto no § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as medidas socioeducativas têm por objetivo, entre outros, a responsabilização

do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação.

- 111** O programa de atendimento de centros socioeducativos de internação deve ser desenvolvido por equipe interdisciplinar composta, no mínimo, por profissionais de saúde, educação e assistência social.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme art. 12 da [Lei n.º 12.594/2012](#), a composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.

- 112** De acordo com o Estatuto do Idoso, o dia 1.º de maio de cada ano é estipulado como data-base para a correção da pensão recebida por Janete.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o art. 32 da [Lei n.º 10.741/2003](#) (Estatuto do Idoso), o Dia Mundial do Trabalho, 1.º de maio, é a data-base destinada à correção de benefícios destinados a aposentados e pensionistas.

- 113** A Pedro, namorado de Sandra, devem ser garantidos os serviços de atenção à saúde definidos pelo sistema penitenciário em que ele cumpre pena.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o art. 26 da [Lei n.º 11.343/2006](#), que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), o usuário e o dependente de

drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

- 114** Pela regra de Beijing, Pedro é considerado um jovem infrator, isto é, aquele a quem se tenha imputado o cometimento de uma infração ou que tenha sido considerado culpado do cometimento de uma infração.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Para fins da regra de Beijing (Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude), jovem é toda a criança ou adolescente que, de acordo com o sistema jurídico respectivo, pode responder por uma infração de forma diferente à do adulto. Como Pedro tem vinte oito anos de idade, não pode, para a regra citada, ser considerado jovem.

- 115** O desenvolvimento de campanhas de informação sobre adolescentes em conflito com a lei, defendendo-se a redução da maioridade penal, está previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O PNDH não defende a redução da maioridade penal. Ao contrário, recomenda ao Poder Legislativo a rejeição de projetos de lei favoráveis à redução da maioridade penal ou que retirem direitos já assegurados aos adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), julgue os próximos itens.

- 116** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar e em movimentos sociais.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme o art. 1.º da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira \(LDB\)](#), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, em organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- 117** O ensino militar é regulado pela LDB, portanto deve obedecer às mesmas normas fixadas para os demais sistemas de ensino.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme o art. 83 da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira \(LDB\)](#), o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

A respeito da anotação de responsabilidade técnica no âmbito do serviço social, julgue os itens seguintes, com base nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

- 118** A certidão de responsabilidade técnica, a ser fornecida ao assistente social solicitante, é expedida pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e assinada pelo presidente do CFESS.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Conforme a [Resolução CFESS n.º 792/2017](#), deferido o pedido de anotação da responsabilidade técnica, o CRESS expedirá a certidão de responsabilidade técnica assinada pelo presidente desse Conselho Regional, e não pelo presidente do CFESS.

- 119** O assistente social na qualidade de responsável técnico deve apor em documentos de sua responsabilidade seu nome e número de registro do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), indicando tal qualidade.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme art. 4.º da [Resolução CFESS n.º 792](#), de 9 de fevereiro de 2017 (Renumerado pela [Resolução CFESS n.º 886](#), de 5 de novembro de 2018), o responsável técnico terá entre outras obrigações perante o CRESS e perante a entidade, a de apor em documentos de sua responsabilidade, seu nome e número de registro do CRESS, indicando a qualidade de responsável técnico.

- 120** A anotação de responsabilidade técnica do assistente social refere-se ao seu exercício profissional em instituições de direito público ou privado.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme a [Resolução CFESS n.º 792/2017](#), a anotação de responsabilidade técnica do assistente social refere-se ao seu exercício profissional em instituições de direito público ou privado.

Espaço livre